

Sumário

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA	27
1.1. A família através dos tempos: da gestão masculina autônoma à ingerência estatal	27
1.2. O avanço da intervenção estatal e sua ineficiência	37
1.3. A família na contemporaneidade	58
1.4. O Direito de Família “mínimo” <i>versus</i> Direito da Criança e do Adolescente “máximo”	75
2. DAS FAMÍLIAS EXPRESSAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	81
2.1. Matrimonial	81
2.1.1. Conceito	81
2.1.2. Capacidade	82
2.1.3. Impedimentos.....	87
2.1.3.1. Absolutos	87
2.1.3.2. Relativos	91
2.1.3.3. Legitimidade para arguir impedimentos.....	94
2.1.3.4. Resumo quanto aos impedimentos matrimoniais	95
2.1.4. Modalidades	95
2.1.4.1. Civil	95
2.1.4.2. Religioso	99
2.1.4.3. Por procuração	101

2.1.4.4.	Casamento em caso de moléstia grave e nuncupativo (<i>in extremis</i>)	102
2.1.4.5.	Putativo	104
2.1.4.6.	Consular	106
2.1.4.7.	De estrangeiros	106
2.1.5.	Prova	106
2.1.6.	Invalidade	107
2.1.6.1.	Nulidade	108
2.1.6.2.	Anulabilidade	111
2.1.6.3.	Quadro comparativo das hipóteses de nulidade e anulabilidade do casamento	122
2.1.7.	Eficácia	122
2.1.7.1.	Deveres comuns e igualdade conjugal	123
2.1.7.2.	Acréscimo do nome	124
2.1.7.3.	Dever de fidelidade recíproca	126
2.1.7.4.	Dever de respeito e consideração mútuos	127
2.1.7.5.	Dever de vida em comum no domicílio conjugal	128
2.1.7.6.	Dever de mútua assistência	129
2.1.7.7.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	130
2.1.7.8.	Não fluência dos prazos prescricionais e a possibilidade de usucapião conjugal	130
2.1.8.	Resumo dos tópicos abordados	131
2.2.	Convivencial (união estável)	132
2.2.1.	Conceito e visão histórica	132
2.2.2.	Características	134
2.2.3.	Requisitos	135
2.2.3.1.	Dualidade de sexos	136
2.2.3.2.	Publicidade	139
2.2.3.3.	Durabilidade	141
2.2.3.4.	Continuidade	143
2.2.3.5.	Objetivo de constituição de família	143
2.2.3.6.	Desnecessidade de coabitação	145
2.2.4.	Impedimentos	147
2.2.5.	Da inaplicabilidade das causas suspensivas matrimoniais às relações convivenciais	148
2.2.6.	Resumo quanto aos requisitos e impedimentos	152
2.2.7.	Termo inicial: em que momento o “crush” vira direito?	152
2.2.8.	Direitos e deveres	156

2.2.9.	Efeitos e conteúdo do contrato ou escritura de convivência	160
2.2.10.	Renúncia à herança no contrato ou escritura de convivência	168
2.2.11.	Contrato ou escritura pública de namoro enquanto contrato preliminar.....	172
2.2.12.	Necessidade de outorga convivencial	175
2.2.13.	Conversão da união estável em casamento.....	180
2.2.14.	Diferenças existentes em relação aos direitos dos cônjuges	182
2.3.	Monoparental	186
2.3.1.	Conceito.....	186
2.3.2.	Hipóteses	186
3.	DAS FAMÍLIAS IMPLICITAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	189
3.1.	Eudemonista	190
3.2.	Unipessoais.....	193
3.3.	Parental	196
3.4.	Solidária	198
3.5.	Mosaico	199
3.6.	Extensa	207
3.7.	Homossexual.....	209
3.7.1.	Conceito e disposições gerais	209
3.7.2.	Princípios constitucionais aplicáveis à temática.....	213
3.7.3.	O papel da jurisprudência no reconhecimento de direitos aos casais do mesmo sexo.....	219
3.7.4.	A dissolução da união homossexual e seus efeitos jurídicos	224
3.7.5.	Filiação nas relações homoafetivas	225
3.8.	Simultânea	228
3.9.	Poliafetiva	245
3.10.	Virtual (" <i>iFamily</i> ").....	251
3.11.	COPARENTAL	259
3.12.	MULTIESPÉCIE	260
3.13.	Resumo dos modelos de família	266
4.	REGIME DE BENS	267

4.1.	Conceito e disposições gerais.....	267
4.2.	Do pacto antenupcial.....	271
4.2.1.	Disposições gerais.....	271
4.2.2.	Estabelecimento de cláusulas existenciais.....	274
4.2.3.	Celebração de negócios jurídicos processuais.....	279
4.3.	Modalidades.....	282
4.3.1.	Comunhão parcial de bens.....	282
4.3.2.	Comunhão universal de bens.....	306
4.3.3.	Separação convencional de bens.....	313
4.3.4.	Separação obrigatória de bens.....	317
4.3.5.	Participação final nos aquestos.....	329
4.3.6.	Regime atípico ou misto.....	331
4.4.	Atos que dependem da autorização do cônjuge.....	333
4.5.	Atos que independem da autorização do cônjuge.....	339
4.6.	modificação do regime de bens no casamento.....	343
4.7.	modificação do regime de bens na união estável.....	352
4.8.	Pactos e contratos pós-nupciais.....	353
5.	DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL.....	357
5.1.	fim da união e suas dificuldades.....	357
5.2.	Dissolução do casamento.....	360
5.2.1.	Da indissolubilidade ao direito potestativo ao divórcio.....	360
5.2.2.	Da separação e a sua extinção no direito de família contemporâneo.....	364
5.2.3.	Divórcio.....	368
5.2.3.1.	Procedimento do divórcio litigioso.....	369
5.2.3.2.	Divórcio unilateral e liminar.....	374
5.2.3.3.	Procedimento judicial do divórcio consensual.....	383
5.2.3.4.	Divórcio extrajudicial.....	388
5.2.3.5.	Retorno ao nome de solteiro(a) e a modificação dos assentos de nascimento dos filhos.....	394
5.2.3.6.	Organograma do divórcio.....	394
5.2.3.7.	Divórcio realizado no estrangeiro e suas modificações após a Emenda 66/2010.....	395
5.2.3.8.	Divórcio “ <i>post mortem</i> ”.....	399
5.3.	Dissolução das famílias convencionais.....	401

5.3.1.	Disposições gerais	401
5.3.2.	Organograma da dissolução das famílias convivenciais	409
5.3.3.	Distrato diretamente no Cartório do Registro Civil?	409
5.4.	Temas relevantes na prática do divórcio e da dissolução da união estável.....	412
5.4.1.	Separação de corpos em sede de tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	412
5.4.2.	Viabilidade da cumulação do reconhecimento de união estável antecedente ao casamento e da ação de divórcio	414
5.4.3.	Da fixação de aluguel no caso de utilização exclusiva de bem pendente de partilha	416
5.4.4.	Ação de exigir contas entre cônjuges e companheiros.....	423
5.4.5.	Cessão de meação entre os parceiros afetivos ou terceiros..	425
5.4.6.	Partilha das cotas sociais.....	427
5.4.7.	Partilha de bens financiados.....	433
5.4.8.	Partilha de previdência privada.....	436
5.4.9.	Partilha de honorários advocatícios.....	438
5.4.10.	Possibilidade de reconhecimento da separação de fato mesmo com a manutenção de coabitação	440
5.4.11.	Desconsideração inversa da personalidade jurídica	442
5.4.12.	Prescrição da partilha de bens?	445
5.4.13.	Aplicação da pena de sonogados na partilha de bens	448
5.4.14.	Postagens do ex-casal nas redes sociais e o direito ao esquecimento.....	451
5.4.15.	Usucapião de meação.....	452
5.4.16.	Danos morais por situações vexatórias	456
6.	RELAÇÕES DE PARENTESCO	459
6.1.	Conceito e aplicações	459
6.2.	O vínculo de parentesco	462
6.2.1.	Em linha reta.....	463
6.2.2.	Em linha colateral, transversal ou oblíqua.....	463
6.2.3.	Por afinidade	466
7.	FILIAÇÃO	469
7.1.	Prova da filiação	471
7.2.	Prenome.....	476
7.3.	Filiação matrimonial	477

7.4.	Filiação decorrente de relacionamento convivencial ou eventual.....	485
7.4.1.	Reconhecimento dos filhos de forma voluntária	485
7.4.2.	Reconhecimento dos filhos de forma oficiosa.....	487
7.4.3.	Reconhecimento dos filhos por via do procedimento previsto no Provimento 149/2023 do CNJ	489
7.5.	Filiação decorrente de procedimentos de reprodução assistida	493
7.6.	Filiação decorrente de inseminação caseira	496
7.7.	Filiação socioafetiva por meio da posse do estado de filho	497
7.7.1.	Características gerais	497
7.7.2.	Ação declaratória de filiação socioafetiva.....	502
7.7.3.	Parentalidade socioafetiva entre avós e netos ou irmãos.....	510
7.7.4.	Verdade biológica “versus” afetiva: como resolver essa equação?	512
7.7.5.	Posse de estado de filho na prática: quais os caminhos possíveis?	516
7.7.6.	Irmandade e avosidade socioafetiva	518
7.8.	Multiparentalidade	519
7.9.	Reconhecimento extrajudicial de filiação socioafetiva e multiparentalidade	526
7.10.	Maternidade de substituição	532
7.11.	Investigação da parentalidade	535
7.12.	Investigação da ancestralidade genômica.....	548
7.13.	Ação negatória de paternidade.....	551
7.14.	Ação anulatória de registro civil.....	555
7.15.	Impugnação imotivada de paternidade	557
8.	ADOÇÃO	559
8.1.	Conceito e disposições gerais.....	559
8.2.	Pessoas que podem adotar e ser adotadas.....	562
8.3.	Procedimento	569
8.4.	Adoção internacional.....	577
8.5.	Adoção dirigida ou <i>intuitu personae</i>	578
8.6.	Adoção unilateral	581
9.	FUNÇÃO PARENTAL (PODER FAMILIAR)	587

9.1.	Conceito.....	587
9.2.	Obrigações.....	591
9.3.	Usufruto e administração dos bens dos filhos e a possibilidade da ação de exigir contas.....	605
9.4.	Suspensão.....	608
9.5.	Destituição.....	609
9.6.	Abandono afetivo e a obrigação de cuidado inerente à função parental.....	614
9.7.	Abandono digital.....	632
9.8.	(<i>Over</i>) <i>sharenting</i> e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.....	634
10.	GUARDA.....	641
10.1.	Conceito.....	641
10.2.	Modalidades de guarda.....	642
10.3.	A aplicação da guarda compartilhada mesmo em casos de litígio entre os genitores.....	652
10.4.	Guarda compartilhada em situações de violência doméstica ou familiar.....	659
10.5.	Guarda compartilhada quando os genitores não residem na mesma cidade ou país.....	660
10.6.	A excepcionalidade da aplicação da guarda unilateral.....	662
10.7.	Exercício do dever de vigilância.....	665
10.8.	Alimentos na guarda compartilhada.....	666
10.9.	Guarda alternada.....	668
10.10.	Guarda compartilhada entre pais e outros parentes.....	669
10.11.	Guarda atribuída a terceiros.....	671
11.	CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	675
11.1.	Conceito e aplicação.....	675
11.2.	Da impossibilidade de fixação de regime livre de convivência à luz da doutrina da proteção integral.....	683
11.3.	A imperiosa fixação de convivência desde os primeiros meses de vida.....	687
11.4.	Legitimidade dos avós, tios e irmãos unilaterais.....	688

11.5. Efetividade	691
12. ALIENAÇÃO PARENTAL	697
12.1. Características gerais.....	697
12.2. Formas exemplificativas de alienação parental.....	703
12.3. Questões processuais.....	710
12.4. Medidas a serem tomadas	718
12.5. Guarda compartilhada como meio de prevenção	722
12.6. Abuso afetivo e os danos morais pela prática alienadora	723
12.7. Denúncia caluniosa decorrente da falsa denúncia de violência física ou sexual.....	730
13. ALIMENTOS	739
13.1. Conceito.....	739
13.2. Classificação quanto à causa jurídica	741
13.3. Classificação quanto à natureza	743
13.4. Características do direito à prestação alimentícia	744
13.4.1. Direito personalíssimo	744
13.4.2. Intransferibilidade	745
13.4.3. Incompensabilidade.....	746
13.4.4. Irrenunciabilidade	748
13.4.5. Impenhorabilidade	751
13.4.6. Irrepetibilidade	751
13.4.7. Reciprocidade	752
13.4.8. Divisibilidade.....	754
13.4.9. Da solidariedade da dívida alimentar em favor da pessoa idosa	755
13.4.10. Condicionabilidade.....	756
13.4.11. Alternatividade	756
13.4.12. Futuridade.....	758
13.4.13. Transmissibilidade.....	758
13.5. Espécies.....	761
13.5.1. Gravídicos	761
13.5.2. Provisórios e provisionais.....	766
13.5.3. Transitórios.....	772
13.5.4. Alimentos intuitu familiae	777

13.5.5. Compensatórios.....	778
13.5.6. Definitivos	787
13.6. Fixação e base de incidência.....	787
13.7. Fixação em acordo realizado pelo Ministério Público ou Defensoria Pública, pelos advogados ou mediador credenciado	801
13.8. Obrigação em favor de filhos crianças e adolescentes.....	804
13.9. Alimentos em favor de filho maior de idade	809
13.10. Obrigação em favor de filhos socioafetivos.....	812
13.11. Alimentos decorrentes do final de relacionamento afetivo.....	814
13.12. Obrigação em favor da pessoa idosa	819
13.13. Obrigação dos avós	822
13.14. Obrigação dos colaterais: do pagamento de alimentos pelos irmãos e da impossibilidade de fixação entre tios e sobrinhos.....	828
13.15. Revisão e exoneração.....	832
13.16. Procedimento indigno do credor	839
13.17. Competência.....	842
13.18. Valor da causa	843
13.19. Execução.....	844
13.19.1. Execução de título extrajudicial	846
13.19.2. Execução de título judicial.....	849
13.19.2.1. Rito da coerção pessoal (prisão).....	849
13.19.2.2. Rito de constrição patrimonial	867
13.19.2.3. Cobrança por ambos os ritos no mesmo procedimento	874
13.19.3. Instrumentos de defesa do executado	877
13.19.3.1. Disposições gerais.....	877
13.19.3.2. Quadro sobre as possibilidades de defesa do executado nos ritos da expropriação e coerção pessoal	881
13.20. Danos morais por inadimplemento alimentar	882
13.21. Ação de exigir contas em relação às parcelas alimentares.....	889
13.22. Prescrição	898
13.23. A inconstitucionalidade da tributação em pensões alimentícias	900
13.24. Questões contemporâneas no direito alimentar	904

13.24.1. Ação de regresso para ressarcimento dos valores pagos a título de alimentos gravídicos ou provisionais	904
13.24.2. Ação de indenização das despesas adicionais do período da gravidez quando ausente postulação de alimentos gravídicos	907
13.24.3. Estipulação de compensação financeira ao genitor com dedicação exclusiva à prole	911
13.24.4. Ação de indenização de ressarcimento dos danos materiais pelo inadimplemento alimentar	912
14. TUTELA E CURATELA	917
14.1. Notas introdutórias quanto ao direito protetivo.....	917
14.2. Tutela.....	918
14.2.1. Conceito e obrigações	918
14.2.2. Dos Bens do Tutelado.....	929
14.2.3. Prestação de contas e administração patrimonial.....	930
14.2.4. Cessação da Tutela	931
14.3. Curatela	931
14.3.1. Alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e procedimento da curatela.....	931
14.3.2. Autocuratela	940
14.3.3. Processo de tomada de decisão apoiada.....	944
14.3.4. Das hipóteses excepcionais de curatela.....	952
14.3.5. Levantamento da curatela.....	960
15. ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA	963
15.1. “Leva tudo aquilo que eu dei...”: os conflitos familiares e a necessidade de uma intervenção diferenciada.....	963
15.2. Gratuidade de justiça e a possibilidade de pagamento das custas ao final do processo.....	966
15.3. Competência.....	971
15.4. Os fatos na petição inicial e o abandono do paradigma de “novela mexicana”	972
15.5. Valor da causa	973
15.6. Pedido para riscar expressões negativas nas petições	977
15.7. O procedimento diferenciado das ações de família	980
15.8. Mediação familiar	984

15.8.1. Disposições gerais	984
15.8.2. A prática da mediação familiar à luz do CPC de 2015 e da Lei da Mediação.....	987
15.8.3. A prática da mediação familiar nos serviços notariais e de registro	992
15.9. Negócios jurídicos processuais.....	995
15.10. Distribuição dinâmica do ônus da prova	1001
15.11. Prova testemunhal	1009
15.12. Prova pericial e a importância do assistente técnico.....	1013
15.12.1. Disposições gerais	1013
15.12.2. A perícia psicológica e a necessária revisão da Resolução n. 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia	1019
15.13. A prova ilícita nas demandas familistas.....	1022
15.14. <i>Disregard</i> (desconsideração inversa da personalidade jurídica) nas dissoluções afetivas e nas ações de alimentos	1028
15.15. Abuso do processo e o assédio processual.....	1033
15.16. Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i> em ações de família	1037
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1041